



Últimos

26/maio	5,027
27/maio	5,061
28/maio	5,031
29/maio	5,042



Inflação
IPCA do IBGE (em %)

Novembro/2025	0,18
Dezembro/2025	0,33
Janeiro/2026	0,33
Fevereiro/2026	0,70
Março/2026	0,88

ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS

Durigan vê risco ao Pix com ato dos EUA

Titular da Fazenda afirma que classificação de PCC e CV como terroristas pode prejudicar empresas e bancos brasileiros

» RAFAELA GONÇALVES
» FRANCISCO ARTUR DE LIMA

Diogo Zacarias/Ministério da Fazenda



O Pix é o maior símbolo de soberania financeira do Brasil. Não podemos ficar presos ao risco de uma intervenção ou subserviência que nos tira do caminho da inovação e da geração de uma infraestrutura segura de pagamento às nossas empresas e famílias"

Dario Durigan,
ministro da Fazenda

O ministro da Fazenda, Dario Durigan, acendeu um alerta sobre os possíveis efeitos da política antiterrorismo dos Estados Unidos sobre o sistema financeiro brasileiro. A eventual classificação das facções criminosas Primeiro Comando da Capital (PCC) e Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas internacionais pode produzir consequências que vão além do combate ao crime organizado, alcançando bancos, instituições de pagamento e até mesmo o Pix, principal meio de transferência de recursos utilizado pelos brasileiros.

Nesse cenário, Durigan esteve na noite de ontem no Palácio da Alvorada para uma reunião com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e os ministros Miriam Belchior (Casa Civil), Guilherme Boulos (Secretaria-Geral da Presidência) e Sidônio Palmeira.

Questionado por jornalistas após o encontro, já na sede da Fazenda, Durigan afirmou que tratou com Lula de temas relacionados ao Produto Interno Bruto (PIB) e a preparativos para agendas internacionais, sem detalhar os assuntos.

O ministro disse que pretende viajar aos Estados Unidos para conversar com o secretário do Tesouro, Scott Bessent, mas que não há previsão para isso ocorrer. "Eu tenho contato direto com as autoridades norte-americanas, mas, por enquanto, não (haverá reunião). A gente está reunindo as informações, vendo o que vem pela frente, avaliando os próximos passos. Tendo as informações todas, tendo um diagnóstico, a minha posição, eu vou levar ao Scott Bessent, sem nenhuma dúvida", frisou Durigan.

Ele apontou temor de que a classificação das facções possa tornar empresas brasileiras "alvos de algo que não é concreto", já que elas ficariam sujeitas a sanções.

Ministro disse que vai buscar esclarecimentos com autoridades norte-americanas, mas que não há nenhuma viagem prevista ainda

Prejuízos

Mais cedo, Durigan havia comentado que a decisão pode levantar indícios de que a ferramenta de pagamentos instantâneos do Banco Central (BC) é utilizada pelo crime organizado. "O Pix é o maior símbolo de soberania financeira do Brasil. Não podemos ficar presos ao risco de uma intervenção ou subserviência que nos tira do caminho da inovação e da geração de uma infraestrutura segura de pagamento às nossas empresas e famílias", disse entrevista à rádio CBN.

O ministro citou como exemplo o caso do México, onde o Departamento de Justiça dos Estados Unidos moveu ações contra instituições financeiras e determinou o fechamento de três bancos após identificar supostas ligações com organizações classificadas como terroristas. "Se houver uma alegação dizendo que determinado banco brasileiro tem contas de integrantes do PCC, a autoridade norte-americana pode sancionar esse banco pelo Tesouro norte-americano e impedir ele de operar com o Pix", explicou Durigan.

Diante da preocupação, o governo brasileiro terá reuniões nesta semana com autoridades americanas para discutir os possíveis efeitos da medida sobre bancos e meios de pagamento do país. "Nós não vamos deixar de fazer esforços, e devo entrar, nesta semana, em contato com as autoridades dos Estados Unidos para esclarecer o que está acontecendo", reforçou.

Seção 301

Durigan avaliou que a investigação aberta pelos Estados Unidos

contra o Brasil com base na Seção 301, que inclui questionamentos ao Pix, tem motivação predominantemente política. Segundo o ministro, as alegações apresentadas por Washington carecem de fundamentos técnicos consistentes e tratam de questões que, de acordo com o governo brasileiro, já foram esclarecidas em diálogos anteriores. Por exemplo, sobre a balança comercial, deficitária para o Brasil.

"Ela tem um caráter político, muito mais do que técnico. Temos prestado esclarecimentos e

participado de conferências e audiências com os técnicos norte-americanos, que reconhecem que essas questões já foram esclarecidas", declarou Durigan.

"A Seção 301 aponta supostas questões comerciais envolvendo a Rua 25 de Março, o Pix, o desmantelamento e condições precárias de trabalho no Brasil. São argumentos forçados. A gente vê a movimentação da família Bolsonaro com relação à designação de organizações que causam terror no Brasil. É uma forção de barra sem fim", acrescentou.

Tarcísio aponta avanço contra o crime organizado

» VANILSON OLIVEIRA

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), defendeu, ontem, que a decisão do governo dos Estados Unidos de classificar o Primeiro Comando da Capital (PCC) e o Comando Vermelho (CV) como organizações terroristas pode contribuir para o enfrentamento do crime organizado.

Segundo ele, a medida abre espaço para ampliar a cooperação internacional e fortalecer mecanismos de combate à lavagem de dinheiro. O anúncio foi feito na semana passada pelo secretário de Estado dos Estados Unidos, Marco Rubio.

Tarcísio afirmou que a classificação é uma prerrogativa dos EUA, e lembrou que não existe consenso internacional sobre o enquadramento de facções criminosas como terroristas.

"Já se tentou classificar organização terrorista no âmbito da Organização das Nações Unidas (ONU) diversas vezes, e nunca houve o

consenso. Então, cada país tem a liberdade de fazer a sua classificação, e os americanos fizeram", disse, em entrevista ao programa *Pânico*, da rádio *Jovem Pan*.

Para o governador, candidato à reeleição, a decisão pode criar novas possibilidades de atuação conjunta entre autoridades brasileiras e norte-americanas no enfrentamento ao crime organizado. "Eu entendo que isso é positivo porque, no final das contas, cria um braço de cooperação para que a gente possa trabalhar melhor essa questão do crime organizado", frisou.

Tarcísio citou operações policiais realizadas no Brasil, nos últimos anos, para combater a infiltração de grupos criminosos em diversos setores da economia. Segundo ele, as facções têm buscado utilizar negócios formais para ocultar recursos ilícitos.

O governador também mencionou outros segmentos que, segundo ele, foram utilizados para movimentar ou ocultar recursos. "Se entrou na questão das fintechs, dos

Pablo Jacob/Governo do Estado de SP



Para o governador, medida abre caminho para ações coordenadas

brinquedos, dos motéis, de outros negócios como revenda de carro importado, organização social de saúde. Então, onde o crime organizado vinha lavando dinheiro de forma ilícita, houve ação do Estado", destacou.

Segundo Tarcísio, a lavagem de recursos obtidos pelo tráfico internacional de drogas não se limita ao território brasileiro e alcança outros países, incluindo os Estados Unidos. Em sua avaliação, esse cenário ajuda a explicar a decisão adotada

pelo governo norte-americano.

O governador disse que a medida poderá resultar em maior compartilhamento de informações e no uso de tecnologias para rastrear recursos movimentados pelas organizações criminosas. "Do ponto de vista nosso, eu entendo que é mais uma arma, mais uma ferramenta pra gente aumentar a cooperação internacional, usar tecnologia sobretudo de rastreamento de recursos para mitigar esse problema, para fazer a asfixia financeira", pontuou.

Tarcísio ressaltou que atingir o patrimônio e os recursos financeiros das facções é o caminho mais eficiente para reduzir sua capacidade de atuação. "Aí a gente vai ter uma chance de sucesso contra o crime organizado", afirmou.

Segundo o governador, o estado de São Paulo tem os menores indicadores criminais do país, e é o estado mais seguro do Brasil. "Onde é que os indicadores são piores? Vale do Paraíba". Ele explicou que, nessa região, a violência estaria associada à disputa por pontos de venda de

drogas entre facções rivais.

Tarcísio finalizou sua fala reiterando que o tráfico de drogas é o principal vetor da violência no país, e que o enfrentamento às organizações criminosas passa, necessariamente, pelo combate à estrutura financeira das principais facções. "Veja que os homicídios no Brasil têm uma relação direta com tráfico de tóxicos. Essa é a grande chaga, o grande mal que precisa ser combatido no Brasil", afirmou o político.

Estocada

Sobre as declarações do ex-ministro da Fazenda Fernando Haddad (PT), que chamou Freitas de subserviente dos Estados Unidos na semana passada, o governador respondeu, em tom crítico, que "ele (Haddad) se tornou o melhor ministro da Fazenda da história do Paraguai, porque todas as empresas brasileiras foram para lá. O cara só fala bobagem. Não tem subserviência nenhuma", finalizou.